

PANORAMA ECONÔMICO: desafios e perspectivas

Luiz Carlos dos Santos

O grande destaque nos últimos meses do ano de 2011 ficou por conta do anúncio do plano europeu de socorro à Grécia. Divulgado no final de outubro, o referido plano cobriu três elementos básicos - a reestruturação “voluntária” da dívida grega, com a imposição de um desconto de 50% aos credores privados e um novo programa de financiamento de 100 bilhões de euros; a alavancagem do Fundo de Estabilização Financeira (EFSF) para até 1 trilhão de euros; e, a recapitalização dos bancos europeus em 106 bilhões de euros.

Os mercados responderam positivamente ao anúncio: todavia, uma análise mais acurada dos valores anunciados aconselha cautela. A dívida grega, por exemplo, chegará, na melhor das hipóteses, a 120% do Produto Interno Bruto (PIB); isso, a depender da adesão voluntária de 90% dos credores e de anos de aperto fiscal. Em outras palavras, no melhor cenário a dívida grega permanecerá num patamar igual ao atualmente enfrentado pela instável economia da Itália.

Por outro lado, a elevação do EFSF para 1 trilhão de euros está na extremidade baixa das expectativas anteriores, o que parece insuficiente para truncar os efeitos de contágio sobre economias. Além disso, não se sabe se os recursos disponibilizados para a capitalização dos bancos serão suficientes. Na dívida, alguns bancos vêm se antecipando e tentam aumentar seu capital por conta própria, vendendo ativos e diminuindo o crédito. O efeito direto é o de limitar o crescimento na região.

Convém trazer à baila outra dúvida relevante: os Estados Unidos, China, Fundo Monetário Internacional (FMI) e mesmo o setor privado estarão dispostos a contribuir para a capitalização tanto dos bancos quanto do EFSF? O Brasil, por exemplo, sinaliza que poderá contribuir por meio do FMI, mas espera como contrapartida algum avanço na atual governança desta entidade. Ressalte-se, que na dimensão interna, o desempenho da economia brasileira tem-se mostrado aquém das expectativas, apesar do País ter passado para a 6ª economia mundial, mesmo o PIB aproximando-se ao patamar de 3,5 em 2011.

Retomando-se ao cenário europeu, a situação é crítica para os países que compõem a Comunidade Europeia, com exceção da Alemanha, pois até a França, já apresenta indicadores negativos que, certamente se agravarão logo após a eleição do seu Presidente. A lógica da racionalidade remete a acreditar na construção de um Pacto Federativo com a concepção de um Banco Central supranacional e um controle fiscal comum. Inicialmente, tem-se como

certo o prejuízo para algumas economias, contudo, será remediado com a possível normalidade econômica do bloco.

Os EUA estão se recuperando lentamente, porém, de forma gradual. Convém frisar, que nessa marcha, um fator tem se destacado: a inovação tecnológica - que vai superando um dos maiores desafios, a geração de energia própria, de modo que os EUA já conseguem produzir 20% a mais de novas fontes de energia interna, diminuindo a sua maior dependência: o petróleo externo.

Quanto ao Brasil, este é um dos países emergentes o qual menos depende do comércio exterior - são 17% do PIB; a China, por exemplo, tem 50% do seu produto interno bruto vinculado ao mundo exterior.

Assim, caso o Brasil tenha que enfrentar as turbulências para financiar as exportações, o Banco Central pode garantir recursos suficientes para financiar o setor, utilizando os 350 bilhões de dólares, das reservas cambiais que as possui.

A título de exemplificação, a situação do Brasil é tão favorável que se no presente ano o país quiser quitar as suas dívidas, poderá dispor entre 40 a 50 bilhões tão somente de suas reservas. Há que considerar o pré-sal - dádiva da natureza, distante apenas de 200 km da costa marinha, com previsão de gerar, para as próximas décadas, energia, petróleo e equilíbrio na conta corrente.

Entende-se que cabe ao Brasil continuar investindo na agricultura e mineração, setores relevantes, os quais garantem grandes produções para o país, embora requeiram pouca utilização de mão de obra. Para compensar, tornar-se necessário que o estado fortaleça a indústria e o setor de serviços, a fim de inserir mais cidadãos brasileiros no mercado de trabalho; pois segundo estimativas, em 2020, o contingente de pessoas aptas a trabalhar chegará ao patamar de 150 milhões.

Em relação às perspectivas para a Bahia, a malha ferroviária permitirá menores custos de deslocamento da produção e melhoria concernente ao escoamento por meio dos portos. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) a Bahia ocupa a quarta posição na preferência de empresas estrangeiras para investimento, estando programados para os próximos anos investimentos na ordem de 10,5 bilhões.

Nessa perspectiva, para assistir a população, o poder estatal deve investir na infraestrutura e mão de obra, com a finalidade de alavancar a Bahia, implementando Políticas Públicas, principalmente nas áreas de saúde, educação, segurança; entende-se que isso é dever, obrigação do governo.

Finalmente, salvo melhor juízo, a realização de concursos públicos, a exemplo do que vem acontecendo na esfera federal é de capital importância para o estado. Todavia, paralelamente, cabe ao Governo proporcionar avanços salariais, acompanhados de melhores condições de vida no trabalho, valorizando as carreiras profissionais, pois os reflexos a partir dessas medidas incrementam o comércio baiano. Melhores salários significam um mercado vigoroso, contribuindo com o incremento na arrecadação de tributos; estes por seu turno viabilizarão a execução de obras e a efetivação da inclusão social, em uma demonstração da igualdade material, reduzindo as disparidades étnico-raciais e sociais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Investimentos**. Disponível em: Acesso em: 06 jan. 2012. CERVI, Osvaldo de Salles Guerra. Estratégia de Investimentos. Estilo, Brasília, ano 5, n. 55, p. 2, nov. 2011.
- SANTIAGO, Rubens. **Governo tem que ter coragem, ousadia e inovação [...]**. SindSefaz, Salvador, n. 105, p. 6-7, dez. 2011.